

# Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira. *Jango: as múltiplas faces*

Antonio Torres Montenegro\*

Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. 280p.

O livro *Jango: as múltiplas faces*, de autoria dos professores Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, vem de forma muito própria ampliar o debate em torno da trajetória pública de um político que teve participação fundamental na história do Brasil, particularmente na segunda metade do século XX.

Em que pese essa participação ampla e ativa nos acontecimentos, sobretudo políticos, econômicos e sociais, produziu-se em torno do ex-presidente João Goulart uma história carregada de significados negativos. E essa produção (como assinalam os autores) foi instituída tanto por setores adversários (partidos e grupos políticos dos mais diferentes matizes ideológicos e segmentos da sociedade civil) como pelos partidos e grupos políticos que o apoiavam. Em razão desse cenário, desconstruir essa história que hoje opera como uma memória não é algo instantâneo nem uma operação que ofereça facilidade aos historiadores.

É nessa trincheira de uma história a contrapelo que este livro irá se posicionar. E o primeiro movimento para quebrar o quadro monolítico das adjetivações de Jango indeciso, Jango sem controle da situação política do País, Jango dominado pelos comunistas, Jango de quem todos desconfiavam, é trazer à tona uma série de atores constituidores desses discursos e confrontá-los com outros atores e outros discursos que apontam em sentido diametralmente oposto. O segundo movimento é romper com um relato e uma imagem que comumente reduz a trajetória de Jango ao seu período como presidente. Assim, os autores ao reconstruírem a trajetória de Jango, desde seus primeiros encontros com Vargas em São Borja em 1945, depois deputado estadual pelo PTB no Rio Grande do Sul, deputado federal, secretário do Interior e Justiça do governo de Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul, presidente do PTB,

---

\*Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Pesquisador do CNPq. Rua Acadêmico Hélio Ramos s/n – Cidade Universitária. 50670-901 Recife – PE – Brasil. antoniomontenegro@hotmail.com.

ministro do trabalho de Getúlio em 1953-1954 e depois vice-presidente de Juscelino entre 1956 e 1960, instituem a história de um político que acumulou uma larga experiência ao longo da vida.

Entretanto, para todos que acompanham os artigos e livros dos professores Ângela de Castro e Jorge Ferreira, não é difícil perceber que tanto esse período da história do Brasil, como a atuação de João Goulart, constantemente atravessam as trilhas de seus escritos, mesmo quando o foco de suas narrativas históricas é outro. Este registro é importante, pois sem um amplo conhecimento do período e de uma documentação bastante diversificada, não seria possível construir uma contra-história que rompesse a rede de significações estabelecidas. Afinal, constitui-se um grande desafio aos historiadores que se dedicam a pesquisar esse período, não subsumir a sua produção a uma lógica dualista e teleológica que, de maneira ‘apriorística’, institui uma visão histórica positiva ou negativa acerca de João Goulart.

Em razão do exposto, qual engenharia escriturística montaram estes historiadores? Poderiam ter escrito uma biografia política tradicional. No entanto, optaram por um caminho muito mais sinuoso. Poder-se-ia dizer uma meta-história. Mas não reduzida à perspectiva lingüística, em que o sentido ou os significados se estabelecem a partir das figuras da linguagem, e sim, fundamentalmente por meio de um caleidoscópio documental. Neste, a história de vida e, sobretudo política de Jango, apesar de se apresentar narrada em sete capítulos ou períodos referenciais, adquire formas as mais diversas à medida que lemos o conjunto documental em que se apóia cada capítulo. Dessa maneira, desafia o leitor a realizar uma leitura difícil, articulando, detalhando a trama que obriga à reflexão a todo instante, pois os distintos documentos e imagens emitem signos de diferentes matizes. E, possivelmente, as pessoas que buscam uma resposta pronta, uma representação sem paradoxo, sem conflitos, sem dúvidas, não terão neste livro uma leitura fácil.

Ao percorrer atentamente as linhas labirínticas que instituem essa história, descobre-se como mãos extremamente habilidosas operaram no limiar ou na fronteira da unidade e da pluralidade de sentidos e significados. Os autores, ao afirmarem “que se buscou não foi a homogeneidade e a convergência de pontos de vista, ‘fechando’ a biografia, mas justamente o inverso: o confronto, o debate de opiniões, ‘abrindo’ a trajetória de Jango a leituras variadas”, possibilitaram ao leitor conhecer relatos de aliados e de adversários de Jango, produzindo as mais diferentes análises, avaliações e pontos de vista. Entretanto, essa pluralidade/diversidade caleidoscópica está montada para nos cau-

sar a sensação ou o efeito literário de que o acaso, a incerteza e a dúvida não são apenas atributos da história cotidiana, mas, também da reconstrução historiográfica.

A seleção de alguns pequenos trechos de relatos presentes no livro possibilita ao leitor antever como essa diversificada e paradoxal documentação sugere a potencialidade de distintas histórias, ou talvez a impossibilidade de uma história conclusiva. Observa Raul Ryff, secretário de imprensa da presidência de Jango, o qual abre a sessão de documentos do capítulo VI, “Jango e o golpe de 1964”:

Ele incentivou a sindicalização rural, mexeu numa área perigosa, uma área de coronéis, no sentido de chefia política. Lutou pela reforma agrária; estabeleceu a Lei da Remessa de Lucros controlando, colocando normas para essa remessa e diminuindo a taxa de retorno do capital estrangeiro; desapropriou as refinarias particulares entregando-as à Petrobras. Enfim, tomou várias medidas importantes. Foi um governo notadamente nacionalista, popular e democrático.

Ainda numa perspectiva muito próxima a esse depoimento de Ryff, poder-se-ia apontar nesse mesmo capítulo o depoimento de Hércules Correia, membro do PCB que no dia do golpe acompanhou o diálogo ao telefone entre Jango e um dos militares golpistas:

Aí o Kruel ligou e Jango pediu que um de nós fosse para o telefone na extensão. O Oswaldo Pacheco pediu: “Vai você”. Aí eu fui para a extensão e ouvi a conversa. O Kruel disse que a única forma de evitar um golpe era dissolver oficialmente a CGT e prender todo mundo. Naquela época, seria prisão de mais ou menos 500 dirigentes sindicais aqui do Rio e dos estados; as principais cabeças. E o Jango não aceitou. Respondeu na hora, disse que não, que não ia prender, não ia fazer aquilo. A partir daí não tinha mais condições de ficar na presidência. Então foi para Brasília e, de Brasília, pegou outro avião e foi para o Uruguai.

Esses fragmentos positivam a atuação e o comportamento do presidente João Goulart. No entanto, há nos autores uma clara opção por uma trilha marcada por paradoxos que recolocam a dúvida e a incerteza, desconstruindo a possibilidade de instituir uma história conclusiva. E nesse sentido é revelador o relato de Hugo Faria, que conhece Jango ainda no período em que

este assumiu o Ministério do Trabalho de Getúlio, vindo posteriormente a se tornar seu amigo e conselheiro:

E chegou um ponto em que ele me disse: “Hugo, você sabe por que tirei você da Casa Civil?”. Eu respondi: “Saber eu não sei, mas desconfio. O senhor não tem condições de aceitar críticas, e como eu sou por natureza um crítico, o senhor se encheu. Como é meu amigo, me deu uma outra posição. Na verdade, o senhor não aceita crítica”. Ele concordou: “É, você me enchia... Todo o dia era notícia ruim, notícia ruim...”. Não era. Eu estava mostrando a evolução, ele não queria acreditar. Não fui eu só, não! Juscelino foi três vezes ao palácio alertar Jango de que a revolução ia estourar. E na última vez Jango disse: “Eu boto esse pessoal nas ordens em meia hora, uma hora. O Assis Brasil tem um esquema montado”. Ele preferia acreditar nas bazófias do general Assis Brasil...

Este pode ser visto como um fragmento de um relato crítico de um amigo, que foi preterido como voz aconselhadora quando tentou (da mesma forma que outros também o fizeram) alertar Jango acerca do perigo de uma conspiração golpista que se avizinhava. Ou seja, o presidente não era receptivo a críticas e às boas avaliações na visão do amigo de longa data, Hugo Faria.

Um relato do campo adversário, também instituindo uma perspectiva negativa da imagem de Jango, encontra-se no relato do general Geisel. Este irá apontar para uma grande resistência a Jango, apenas contornada provisoriamente enquanto se manteve o regime parlamentarista: “A conspiração começou a tomar vulto quando o Jango derrubou o parlamentarismo, foi para o presidencialismo e passou a ser dominado pelo Dante Pellacani e uma série de outros líderes sindicais que mandavam e desmandavam”.

Revela o general que, no momento em que o presidente obteve por meio de um plebiscito amplamente favorável os poderes constitucionais de presidente, o movimento conspiratório foi colocado em marcha.

Estes fragmentos oferecem ao leitor uma pequena visão da riqueza e diversidade documental dessa narrativa que elege a figura emblemática de Jango para estudo e que faz recordar Foucault com sua crítica ferrenha às biografias, que instituem representações fechadas, acabadas e na maioria das vezes heróicas dos seus personagens. Ou ainda, por que não lembrar Pirandello e seu maravilhoso Moscarda em *Um, nenhum, cem mil?*

Ao mesmo tempo, confirma-se o compromisso político da prática historiográfica dos autores, aliando o fazer intelectual a uma busca incessante de

novas compreensões de uma realidade em que passado e presente são ressignificados em uma nova forma de fazer política, permanentemente desafiando nosso agir social. É possivelmente com esse espírito que os autores finalizam esta biografia com um pequeno texto manuscrito de Jango, datado de 18 de julho de 1975, portanto um ano antes de sua morte: “Os últimos acontecimentos não podem e não devem ser julgados apressadamente. Não podemos viver placidamente quando milhões de Brasileiros estão sofrendo inúmeros sacrifícios. Peço fé e confiança. Estarei sempre ao lado dos que sofrem em defesa de seus direitos e de nossos ideais”.

Resenha recebida em março de 2008. Aprovada em abril de 2008.